

Entre o campo e a cidade: trajetórias, memórias e experiências de trabalhadores ocupantes de terra no município de Uberlândia (1990-2005)

LEANDRA DOMINGUES SILVÉRIO¹ – PPG-PUC/SP

1. Introdução:

O texto em questão tem como objetivo apresentar algumas reflexões fruto da pesquisa em andamento no mestrado. O trabalho de pesquisa busca depreender os modos de viver, de trabalhar e de organização de alguns trabalhadores ocupantes de terras improdutivas no município de Uberlândia organizados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil - MST. Ao problematizar os *modos de viver* desses trabalhadores resgatam-se momentos das suas trajetórias de vida e de lutas no campo e na cidade. Refletindo sobre os significados do processo do ir e do vir, em especial, do retorno para o campo.

Trabalhando com uma perspectiva de História social que busca as contradições, os conflitos e tensões da dinâmica social, faz-se o uso da História oral. A análise da pesquisa busca dialogar com Richard Hoggart, Raymond Williams e Stuart Hall no que se refere ao termo cultura e em relação ao termo experiência referência em Thompson. Lidando com narrativas únicas procurando compreender os significados das experiências de lutas e como esses trabalhadores interpretam a experiência em sua consciência. O trabalho é instigado, entre tantas, por algumas perguntas: porque voltaram para o campo? Como voltaram? O que esperam do campo? Como se organizam? Quais as dificuldades e empecilhos de se morar na cidade e no campo? Como é morar em um acampamento de Sem Terra? O que é ser um assentando na atual conjuntura? O que é a Reforma Agrária? O que é o futuro para esses trabalhadores?

1.1 Trabalhadores rurais em luta:

“Ah! Eu senti uma coisa muito boa eu falei assim: aqui que é nosso lugar uai! a gente já começou a plantar em pouco tempo ficava mais aquele pouco tempo já era muito pra gente mesmo, sabe? Plantava arroz, plantava feijão, plantava sustento pro acampamento. Meu prazer nós era plantar pra sustentar o povo, sabe? Que eu (...) às vezes os outros num tinha coragem de trabalhar mas a gente tinha, fazia as hortas coletiva e a gente pegava pra ter prazer de colher aquela verdura pro pessoal num passar necessidade, ter uma alimentação melhor. Então era o que nós ... era o prazer nosso no acampamento aí nós fazia era isso, então nisso nós ficou, né? No acampamento, ia se habituando no acampamento e hoje é a vida da gente mesmo que nós ser assentado, nunca vamo esquecer porque é a vida gente.”²

Em maio de 1999, cerca de cento e vinte e oito famílias ocuparam a fazenda São Domingos no município de Uberlândia no Triângulo Mineiro. Trabalhadores (as) que na busca constante pelo direito à vida passaram a se movimentar no território nacional enfrentando várias situações inusitadas na procura de um futuro melhor. Um processo que se iniciou para muitos no esmorecimento com a vida na roça e depois, com um deslumbramento com expectativas criadas em torno do viver na cidade. A cidade era entendida como o local do emprego, da escola para os filhos, do atendimento médico-hospitalar, da casa digna para se morar com a família. Expectativas que diante da realidade vivida de precariedades transformaram-se em decepções.

Não admitindo o conformismo à miserabilidade um outro caminho foi forjado a partir do contato com os integrantes do MST que realizavam o trabalho definido como Frente de Massas, nos vários bairros pobres da cidade de Uberlândia. Esse contato simbolizou a possibilidade de conquistar, algo a mais do que almejavam, ou seja, do sonho de uma vida digna na cidade, pois, representou o poder conquistar um “pedaço de terra”, para plantarem, colherem e viverem a vida a que estavam acostumados.

Durante as reuniões realizadas pelos militantes do MST nossos narradores começaram a se conhecer e a cogitar a possibilidade de realizar uma ocupação em uma

fazenda improdutiva no município de Uberlândia. As condições objetivas para tal ação foram postas a esses sujeitos nas reuniões subseqüentes e a partir disto iniciaram a organização e a preparação de suas partidas, economizando algum dinheiro para comprarem mantimentos e lonas para o acampamento. Ao mesmo tempo, em que, subjetivamente, eles se preparavam para romper as regras da sociedade, isto é, entrarem em uma propriedade privada sem a permissão do dono, supostamente violando um dos princípios do Liberalismo dado como certo e como um direito: a propriedade privada.

Significativo é refletirmos sobre esse momento na trajetória de vida desses trabalhadores e como eles viveram esses momentos até chegar o dia de quebrarem o cadeado da corrente da porteira que separava e distinguia os direitos privados. Isto é, entrarem em uma grande extensão de terra concentrada e sob domínio de uma única pessoa, que não sabemos ao certo os procedimentos para aquisição de tal terra. Até este momento, nesse confronto de direitos, uma coisa estava certa para esses trabalhadores: a consciência e a necessidade de buscarem os seus direitos à vida. E para tal estavam dispostos ao que fosse necessário.

Com essa certeza ocuparam a fazenda, dando início a um momento de suas trajetórias de vida, que dali em diante, passou a ser forjada no território do acampamento denominado por eles de “Emiliano Zapata”. Nome escolhido em homenagem e para manter viva em um coletivo a *memória* e a *história* desse mexicano e de sua luta pela libertação de sua terra. A partir de então, os acampados começaram a organizar sua nova moradia na perspectiva política de outros acampamentos do MST pelo país, organizando e dividindo entre si as atividades que garantem a convivência, a união e a segurança dessas pessoas, as quais passaram a compartilhar os objetivos de um elemento em comum: a Reforma Agrária.

Desde a ocupação até os dias atuais, esses trabalhadores e trabalhadoras já passaram por várias situações de confronto e riscos com a polícia, fazendeiros e jagunços,

principalmente em ações de despejos, os quais fazem parte de uma história de seis anos de luta.

Jonas Batista Nunes ao lembrar como foi o último despejo vivido pelos acampados no ano 2000, narra a indignação e o sentimento de humilhação diante da proposta da polícia federal, a qual foi designada para cumprir a ordem de reintegração de posse e despejo dos acampados. Nesta época o governador do Estado de Minas Gerais era Itamar Franco que estabeleceu que a Polícia do Estado não se envolveria em conflitos por despejo, cabendo se fosse o caso, a intervenção da polícia federal.

“O processo de despejo foi o dos piores que podia existir pra nós, porque a gente quando considerava que ia ser assentado naquela fazenda, faltando muita pouca coisa pra desapropriação da fazenda, de repente a gente se vê diante de um despejo, foi muito triste, ficou pior de tudo. Nós num tínhamos nem pra onde ir (...) eles queriam pôr a gente numa área de lixão lá pro lado do (...) do Morumbi, bairro Morumbi em Uberlândia, aí nós fomos lá pra ver o lugar, num tinha água, encostado na favela lá num tinha água (...) tinha lixo, cheio de urubu lá, bicho morto, né? Mal cheiro, totalmente inviável (...) era um local que (...) eles queriam colocar a gente naquela área encostado no favelão do Morumbi, não, do Almir e o pessoal num quis falou: não! (...) aí quando nós chegamos naquela área lá que nós foi lá pra ver a área, não tem condição da gente vim não. Isso aqui nem cachorro vive num lugar desse, lugar pior que podia imaginar. Aí aquilo era uma humilhação, né? Nós estávamos completamente humilhados, quer dizer, levar a gente para um lugar daquele lá, se nem água tinha lá, nem água tinha, água tinha que levar era em caminhão pipa (...)”³

Nesses anos de luta pela Reforma Agrária e resistência aos despejos, esses trabalhadores foram construindo o MST em uma região marcada pelo latifúndio e pelo poder político e econômico exercido pelos “donos” dessas terras. A região vem fortalecendo a cada dia as políticas do agronegócio. Conseqüentemente, a região é também marcada pela violência contra os trabalhadores rurais pobres, principalmente, os organizados em

movimentos sociais de luta pela terra sofrendo torturas físicas e psicológicas, humilhações, ameaças de morte e prisões. Nos últimos anos, tanto os governos de Fernando Henrique Cardoso, bem como de Luís Inácio Lula da Silva vêm destinando bilhões de reais às empresas ligadas ao agronegócio como, por exemplo, a Cargill sediada em Uberlândia. Outra empresa expressão do modelo econômico com diretrizes neoliberais para o campo como a Monsanto, que tem o apoio do governo federal para produção e o mercado dos transgênicos, também está sediada em Uberlândia.

O MST, como outros Movimentos, vem denunciando os latifúndios improdutivos no Triângulo Mineiro, por meio de várias outras ocupações, nas quais pessoas com trajetórias semelhantes foram incorporando-se ao Movimento, no processo denominado pelo MST de massificação dos acampamentos. Depois de vários despejos a última ocupação de terra do grupo do “Emiliano Zapata” foi há cinco na FERUB - Fundação Educacional Rural do município de Uberlândia, a 22 Km de Uberlândia saída para Ituiutaba. Uma área que pelas leis do município não cumpre sua função social prevista na constituição, por não desenvolver os vários projetos sociais, ambientais e econômicos necessários e viáveis. A ocupação dessa área foi no sentido de pressionar o governo federal, estadual e municipal para o rápido assentamento dos trabalhadores nos latifúndios improdutivos indicados por eles nos anos de luta, o objetivo não era assentamento nessa área específica.

Ao analisar buscando nas narrativas desses trabalhadores as suas trajetórias de vida compreendemos nos ser possível a interpretação e a reconstituição de momentos e aspectos que esses sujeitos elegeram como significativos e importantes para expressarem o que vivenciaram. Portanto, não podemos considerar que abarcamos a *completa* trajetória de vida dos mesmos. As experiências narradas por estes sujeitos quando indagados sobre o viver na cidade e no campo, representam a busca por *direitos* que lhes foram retirados e/ou lhes são negados. Os quais se evidenciam no mais elementar de todos, e reconhecido pela sociedade como legítimo, o simples direito de estarem e de se manterem vivos. Mas reconhecer e afirmar que as pessoas possuem o direito de não serem excluídas e a elas

não serem retiradas às condições que lhes conferem a vida, não é suficiente. Pois isto, pode ser mais uma das declarações institucionais, burocráticas, demagógicas e públicas que na prática não se concretizam, e que muitas vezes, servem para interesses de políticos que utilizam-se do reconhecimento deste direito para se elegerem a cargos com salários que proporcionam a eles as condições para uma vida tranqüila. Portanto, para além de validar esse direito é necessário depreendermos o seu significado e quais as estratégias e lutas as pessoas empreendem no cotidiano para alcançá-los.

O retorno e o novo olhar para o campo foi possível a partir das experiências e da vivência no campo e na cidade. Os sentimentos aflorados na volta para o campo, pareceram-me imbuídos de confiança, porque estavam retornando para o lugar no qual conseguiriam viver. Pois já conheciam o modo de viver, os costumes, sabiam lidar com o cotidiano, mesmo sendo uma volta na perspectiva e na luta de um movimento social: o MST. O que podemos compreender da interpretação de José Otenildo Pinto quando indagado sobre como imaginava que seria sua nova vida na roça:

“eu já tinha tudo na minha cabeça, já tudo planejado, por causa da experiência anterior (...) principalmente, pela prática que eu já tinha (...) quando eu retornei pro campo eu já sabia o que eu queria, eu já tinha na mente assim o quê que eu ia fazer o quê que ia progredir, produzir, porque anterior eu já tinha experiência (...) eu já retornei com a cabeça já mais preparada, porque eu lá na roça na, melhor, na cidade eu trabalhava era um serviço muito tumultuado, num tinha hora de chegar em casa, saia muito de madrugada e depois também com a continuação dos anos a gente vai perdendo espaço, né? na cidade por causa da idade e aí foi quando surgiu o Movimento dos trabalhadores rurais e aí eu parei, pensei, refleti com a minha família e ergui a cabeça e falei: não! vou pra luta e aí (...) a experiência que eu já tinha era que (...) quando a pessoa vai pro campo ele vai trabalhar, trabalhar é o serviço sempre, praticamente (...) a mesma coisa que é lavoura e você tem certeza que todo dia você tem aquele trabalho pra fazer e com aquele trabalho todo dia você vai adquirindo experiência e vai conseguir também assim avançar em alguma (...) enfim experiência

mesmo de trabalho. Então (...) eu já retornei assim pensando eu vou trabalhar (...) vou voltar pro campo lá eu já sei fazer isso já sei aquilo então, num vai ser difícil pra mim retornar (...).⁴

As análises dos narradores levam-nos a interpretações de que o cotidiano expresso nas relações sociais vivenciadas anteriormente no campo, ganham *significado* ao resgatar valores de auto-estima, de respeito, de solidariedade, de afetividade, de dignidade e, por exemplo, no sentimento de possuírem potencial para um determinado tipo de trabalho. Assim sendo, mostrando a esses trabalhadores que eles não são incapazes e portanto, podem ser valorizados e reconhecidos pela família, amigos e sociedade. Podemos interpretar que esses sentimentos reforçam-se quando as novas expectativas apresentam-se forjadas em uma perspectiva de que, agora, estarão também livres da condição de empregados, ou melhor, “peão de roça”. Dessa forma, em suas consciências, reinventam o morar no campo.

“eu imaginava que ia ser um, um mundo diferente, sabe? Eu imaginava que aqui eu num ia ser mais empregada de ninguém, ser mais mal tratada por ninguém, ser mais humilhada por ninguém, aqui eu vim buscar um jeito melhor pra mim sobreviver, jeito mais digno pra mim viver não só pra mim e pra minha família (...) onde eu conseguisse assim ter minha casa ter meu local de trabalho, ter onde eu tirar meu sustento (...) eu imaginei muita coisa (...) eu imaginei poder andar assim e ver e falar assim: nossa! isso aqui eu consegui, né? mesmo as esperança ter acabado o que eu plantava lá para os dono das terras, lá hoje eu planto para mim. É imagino poder andar assim de cabeça erguida, sabe? cumprimentar todo mundo e vê que aquela vida num é tão miserável assim, sabe? Pra gente ter que abaixar a cabeça não, poder andar de cabeça erguida, porque a gente não deve mais nada pra ninguém não, eu imaginei, eu imagino meus filho tudo assim trabalhando, sabe? Todo mundo, levantando cedo assim, sabe? Tomando assim cafezinho que eu fizesse que a gente colhesse, vai longe, imagino muita coisa (...)”⁵

Passados quase seis anos de luta e vivendo sob as condições precárias da vida de um acampamento e exercendo cotidianamente a pressão política característica do MST, no ano de 2004, saiu a desapropriação de três áreas reivindicadas no município de Uberlândia para os trabalhadores do MST. Assim, atualmente as famílias do acampamento Emiliano Zapata estão em processo de assentamento. A situação legal até a data das últimas entrevistas (março de 2005) ainda estava em andamento como, por exemplo, a liberação de créditos agrícolas para as famílias produzirem e construírem suas moradias. Apesar de ainda viverem debaixo da lona preta enfrentando o calor e o frio intenso, pela morosidade do Incra, os trabalhadores dizem ter chegado ao objetivo que buscavam. E esperam muito mais do futuro que é compreendido como a continuação da luta. Porque, agora, a luta é também para permanecerem na terra conquistada diante da ineficiência das políticas de e para assentamento do governo federal, o que ainda está longe de ser um real programa de Reforma Agrária.

“É! Muito bom demais (...) porque lá na rua, quer dizer que lá na rua que nem nós tava lá a gente num (...) se sofreu aqui na época de acampamento, lá na cidade também sofria, quer dizer que num tem nenhum arrependimento. Aqui nós tá tendo as vantagens porque aqui nós chegou no objetivo que nós queria, né? Que era a terra (...) e ganhou a terra e já que nós ganhou a terra, quer dizer nós tamo começando a trabalhar, nós tá num objetivo positivo, né?”⁶

“Agora vamos tocar o barco pra frente, vamos produzir, vamos melhorar nossas condições de vida e vamos fazer (...) ainda é um sonho de ser o modelo de Reforma Agrária no Triângulo Mineiro ainda permanece vivo ainda tem muita coisa pra ser feita (...) agora que nós estamos começando agora praticamente, agora que é o começo né? Que a gente tem a terra (...) conseguiu conquistar a terra, o chão (...) tem muita coisa ainda pra frente agora que a gente vai começar, a luta mesmo começa agora.”⁷

¹ Mestranda em História Social na linha de pesquisa: Cultura e Trabalho pela PUC/SP. Bolsista CNPq.

² Eva Lima dos Santos. Entrevista concedida à autora em março de 2005.

³ Jonas Batista Nunes. Entrevista concedida à autora em abril de 2005.

⁴ José Otenildo Pinto. Entrevista concedida à autora em abril de 2003.

⁵ Rosana Maria S. Cabral. Entrevista concedida à autora em abril de 2003.

⁶ João Moura dos Santos. Entrevista concedida à autora em março de 2005.

⁷ Jonas Batista Nunes. Entrevista concedida à autora em abril de 2005.